



CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE MARISCOS, BIVALVES, MOLUSCOS E PREPARADOS À BASE DE PEIXE PARA O RESTAURANTE DE SANT'ANA E UNIDADES HOTELEIRAS DA FUNDAÇÃO INATEL EM PORTUGAL CONTINENTAL E NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

PROCESSO N.º **25.108/NCP**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO**

INTERNACIONAL

ÍNDICE

| | |
|---|------------------------------|
| PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS | 4 |
| 1. OBJETO DO CONCURSO | 4 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE..... | 4 |
| 3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE(M) O(S) CONTRATO(S) A CELEBRAR | 4 |
| 4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL5 | |
| 5. AGRUPAMENTOS..... | 6 |
| 6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA | 6 |
| 7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO(S) CONTRATO(S)..... | 7 |
| 8. PREÇO BASE | 7 |
| 9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS..... | 8 |
| 10. FATURAÇÃO | 8 |
| 11. REVISÃO DE PREÇOS..... | 9 |
| 12. CAUÇÃO | 9 |
| 13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO(S) CONTRATO(S) | 10 |
| 14. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL..... | 10 |
| 15. PENALIDADES | 11 |
| 16. RESPONSABILIDADE | 12 |
| 17. RESOLUÇÃO | 12 |
| 18. ATOS DE TERCEIROS | 13 |
| 19. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL..... | 13 |
| 20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS | 14 |
| 21. PUBLICIDADE | 16 |
| 22. CONFIDENCIALIDADE | ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO. |
| 23. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR..... | 16 |
| 24. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES | 16 |
| 25. GESTOR DO(S) CONTRATO(S)..... | 16 |
| 26. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL..... | 17 |
| PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS | 18 |
| 27. ÂMBITO | 18 |
| 28. LOCAL DE ENTREGA..... | 18 |
| 29. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO | 18 |
| 30. OBRIGAÇÕES GERAIS DO(S) ADJUDICATÁRIO(S)..... | 19 |
| 31. CONFORMIDADE DOS BENS | 19 |
| 32. REJEIÇÃO DOS BENS | 19 |

ANEXOS:

ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS (VERSÃO DISPONIBILIZADA EM FORMATO PDF)

ANEXO B: IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES DO(S) CONTRATO(S) (VERSÃO DISPONIBILIZADA EM FORMATO PDF)

ANEXO C: IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE FORNECIMENTO DOS BENS (VERSÃO DISPONIBILIZADA EM FORMATO PDF)

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público para **a aquisição de mariscos, bivalves, moluscos e preparados à base de peixe para o Restaurante de Sant'Ana e Unidades Hoteleiras da Fundação INATEL em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira**, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **14 (catorze) Lotes** identificados do seguinte modo:
 - 1.2.1. LOTE 1 – UNIDADE HOTELEIRA DE VILA NOVA DE CERVEIRA;
 - 1.2.2. LOTE 2- UNIDADE HOTELEIRA DE SANTA MARIA DA FEIRA;
 - 1.2.3. LOTE 3 – UNIDADE HOTELEIRA DO LUSO;
 - 1.2.4. LOTE 4- UNIDADE HOTELEIRA DE VILA RUIVA;
 - 1.2.5. LOTE 5- UNIDADE HOTELEIRA DE SÃO PEDRO DO SUL;
 - 1.2.6. LOTE 6-UNIDADE HOTELEIRA DE MANTEIGAS;
 - 1.2.7. LOTE 7- UNIDADE HOTELEIRA DE PIÓDÃO;
 - 1.2.8. LOTE 8- UNIDADE HOTELEIRA DE CASTELO DE VIDE;
 - 1.2.9. LOTE 9- UNIDADE HOTELEIRA DA FOZ DO ARELHO;
 - 1.2.10. LOTE 10- UNIDADE HOTELEIRA DE OEIRAS;
 - 1.2.11. LOTE 11- SEDE/ RESTAURANTE DE SANT'ANA;
 - 1.2.12. LOTE 12- UNIDADE HOTELEIRA DA COSTA DA CAPARICA;
 - 1.2.13. LOTE 13- UNIDADE HOTELEIRA DE ALBUFEIRA E
 - 1.2.14. LOTE 14- UNIDADE HOTELEIRA DE PORTO SANTO/ MADEIRA

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1.1. A Entidade Adjudicante é a Fundação INATEL, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 122 237, sita na Calçada de Sant'Ana, n.º180, 1169- 062 Lisboa, com o número de telefone – 210 027 035 e com o endereço eletrónico NCP-Procedimentos@inatel.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou Fundação Inatel.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE(M) O(S) CONTRATO(S) A CELEBRAR

Na execução do(s) contrato(s) objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) As cláusulas do(s) contrato(s), considerando-se integradas no mesmo este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimimentos de erros e omissões identificados pelo Interessado e expressamente aceites

pela Fundação INATEL, e ainda a proposta do(s) Adjudicatário(s) e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa de Concurso;

- b)** Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do(s) contrato(s) a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo(s) contrato(s) ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c)** As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no(s) contrato(s) não puder(em) solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
 - 1.º** Os termos dos suprimimentos, dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados e expressamente aceites pela Fundação INATEL;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º** A proposta do(s) Adjudicatário(s);
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do(s) Adjudicatário(s), prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no(s) contrato(s) e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela Fundação INATEL de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo(s) Adjudicatário(s) nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o(s) Adjudicatário(s) deverá:
 - a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à Fundação INATEL;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início do(s) contrato(s), o(s) Adjudicatário(s) deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual dos fornecimentos contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o(s) Adjudicatário(s) responsável(eis) por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar o fornecimento dos bens objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a Fundação INATEL celebrará um único Contrato de fornecimento de bens com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a Fundação INATEL, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução do fornecimento dos bens perante a Fundação INATEL transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a Fundação INATEL, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4.** No caso previsto no ponto anterior, a Fundação INATEL, se o entender, poderá ainda rescindir o(s) contrato(s), sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da Fundação Inatel. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6.** O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a Fundação INATEL, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do(s) Adjudicatário(s).
- 5.7.** Para efeitos do presente procedimento e execução do(s) contrato(s) a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A Fundação INATEL reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o(s) Adjudicatário(s).

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO(S) CONTRATO(S)

- 7.1.** O(s) contrato(s) a celebrar na sequência do presente procedimento entra(m) em vigor na data de validação dos documentos de habilitação e terá(ão) a duração contratual máxima de **06 (seis) meses** a contar daquela data.

8. PREÇO BASE

- 8.1.** O preço base global referente ao fornecimento de todos os bens objeto do(s) contrato(s) a celebrar é de **€ 249.109,46 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e nove euros e quarenta e seis cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal, se aplicável, sendo decomposto para cada **Lote** nos seguintes termos:

8.1.1. LOTE 1– UNIDADE HOTELEIRA DE VILA NOVA DE CERVEIRA: € 20.076,00 (vinte mil e setenta e seis euro);

8.1.2. LOTE 2- UNIDADE HOTELEIRA DE SANTA MARIA DA FEIRA: € 3.668,90 (três mil, seiscentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos);

8.1.3. LOTE 3- UNIDADE HOTELEIRA DO LUSO: € 5.973,75 (cinco mil, novecentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos);

8.1.4. Lote 4- UNIDADE HOTELEIRA DE VILA RUIVA: € 9.489,81 (nove mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e oitenta e um cêntimos);

8.1.5. Lote 5- UNIDADE HOTELEIRA DE SÃO PEDRO DO SUL: € 15.188,75 (quinze mil, cento e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos);

8.1.6. Lote 6- UNIDADE HOTELEIRA DE MANTEIGAS: € 9.682,70 (nove mil, seiscentos e oitenta e dois euros e setenta cêntimos);

8.1.7. Lote 7- UNIDADE HOTELEIRA DO PIÓDÃO: € 2.258,10 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito euros e dez cêntimos);

8.1.8. Lote 8- UNIDADE HOTELEIRA DE CASTELO DE VIDE: € 6.028,00 (seis mil e vinte e oito euros);

8.1.9. Lote 9- UNIDADE HOTELEIRA DA FOZ DO ARELHO: € 24.103,40 (vinte e quatro mil, cento e três euros e quarenta cêntimos);

8.1.10. Lote 10- UNIDADE HOTELEIRA DE OEIRAS: € 11.374,60 (onze mil, trezentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos);

8.1.11. Lote 11- SEDE/ RESTAURANTE DE SANT'ANA: € 6.100,30 (seis mil e cem euros e trinta cêntimos);

8.1.12. Lote 12- UNIDADE HOTELEIRA DA COSTA DA CAPARICA: € 21.132,40 (vinte e um mil, cento e trinta e dois euros e quarenta cêntimos);

8.1.13. Lote 13- UNIDADE HOTELEIRA DE ALBUFEIRA: € 103.754,55 (cento e três mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos) e

8.1.14. Lote 14- UNIDADE HOTELEIRA DE PORTO SANTO/ MADEIRA): € 10.278,20 (dez mil, duzentos e setenta e oito euros e vinte cêntimos)

- 8.2.** O preço base global referido na cláusula **8.1.** foi definido com base nos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.
- 8.3.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto(s) do(s) contrato(s), bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Fundação INATEL pagará ao Adjudicatário, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 8.4.** A Fundação INATEL reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades referidas no **Anexo A** do Caderno de Encargos, por as mesmas serem meras estimativas, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao(s) Adjudicatário(s) direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens objeto do(s) contrato(s), bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Fundação INATEL obriga-se a pagar ao(s) Adjudicatário(s) o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao fornecimento de bens cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Fundação INATEL.
- 9.3.** O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a executar pelos preços constantes do(s) contrato(s), do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os fornecimentos constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os fornecimentos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela Fundação Inatel ou pelo(s) seu(s) representante(s).
- 9.4.** São da exclusiva responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
- 9.5.** No decurso do fornecimento de bens, a Fundação INATEL pode solicitar ao(s) Adjudicatário(s) a suspensão total ou a transferência para outro local de bens a fornecer, comprometendo-se o(s) Adjudicatário(s) a manter(em) os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO

- 10.1.** As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 10.2.** Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.

- 10.3.** As faturas deverão ser liquidadas no prazo indicado na proposta, sendo que o mesmo não poderá ser inferior a **45 (quarenta e cinco) dias seguidos (≥ 45 dias)** após a sua receção nos serviços da Entidade Adjudicante, o que se processará nas condições legais e regulamentares que disciplinam o processamento, liquidação e despesas da Fundação INATEL.
- 10.4.** As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela Fundação INATEL e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação, sendo objeto de devolução as faturas que contenham bens não compreendidos no(s) contrato(s).
- 10.5.** O prazo acima referido só decorrerá depois do processo de contratação se encontrar completo e com todos os documentos solicitados.
- 10.6.** A Fundação INATEL está em condições de receber faturas eletrónicas, do modelo legalmente aprovado, as quais, sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação em vigor, devem conter imperativamente os elementos constantes das alíneas a) a m) do n.º 1 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e serem submetidas com a aposição de assinatura eletrónica qualificada, com as especificações técnicas da mensagem em formato EDI - Electronic Data Interchange (Intercâmbio Eletrónico de Dados) e com os GLN – Global Location Number (Número de Localização Global), via plataforma Saphety. As especificações técnicas da mensagem em formato EDI e os GLN serão fornecidos ao Adjudicatário, após a notificação da conformidade dos documentos de habilitação.
- 10.7.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela Fundação INATEL, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao(s) Adjudicatário(s), não procedendo a Fundação INATEL ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.8.** Não haverá lugar a qualquer pagamento sem que tenha havido lugar à publicitação do contrato no sítio da internet dedicado aos contratos públicos, nos termos do disposto no artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos.
- 10.9.** O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da **cláusula 17** do Caderno de Encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

- 11.1.** Não é admitida a revisão ordinária de preços, nos termos do artigo 300.º do CCP.

12. CAUÇÃO

- 12.1.** É dispensada a prestação de caução pelo(s) Adjudicatário(s), ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

- 12.2.** Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a Fundação Inatel reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO(S) CONTRATO(S)

- 13.1.** O(s) contrato(s) pode(m) ser modificado(s):

13.1.1. Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do(s) contrato(s);

13.1.2. Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP;

13.1.3. Por decisão da Fundação Inatel, com fundamento em razões de interesse público.

- 13.2.** O(s) contrato(s) pode(m) ser modificado(s) com os seguintes fundamentos:

13.2.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do(s) contrato(s);

13.2.2. Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

- 13.3.** A modificação do(s) contrato(s) encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

14. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 14.1.** O(s) Adjudicatário(s) não poderá(ão) por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos fornecimentos objeto do(s) contrato(s) a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do(s) contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da Fundação Inatel.

- 14.2.** No caso de subcontratação, o(s) Adjudicatário(s) permanece(m) integralmente responsável perante a Fundação INATEL pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do(s) contrato(s).

- 14.3.** Em caso de incumprimento pelo(s) Adjudicatário(s), das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do(s) contrato(s), o(s) Adjudicatário(s) cede(m) a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha da ser indicado pela Fundação INATEL, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.

- 14.4.** A execução do(s) contrato(s) ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

- 14.5.** Os direitos e obrigações do(s) Adjudicatário(s), desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 14.6.** A posição contratual do(s) Adjudicatário(s) nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 14.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

15. PENALIDADES

- 15.1.** No caso de o(s) Adjudicatário(s) não fornecer(em) bens no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou estabelecidas, a Fundação INATEL reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
- 15.1.1.** Resolver o(s) contrato(s) nos termos legais;
 - 15.1.2.** Aplicar as seguintes penalidades:
 - 15.1.2.1.** Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto do(s) contrato(s), uma penalidade de € 100,00 (cem euros), por cada dia de atraso após a interpelação ao cumprimento;
 - 15.1.2.2.** Pelo incumprimento da obrigação de conformidade dos bens com os requisitos estabelecidos nas cláusulas contratuais, no Caderno de Encargos ou nas normas legais e regulamentares aplicáveis, uma penalidade de € 200,00 (duzentos euros), por cada dia de atraso após a interpelação ao cumprimento;
 - 15.1.2.3.** Pelo incumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao fornecimento dos bens, nomeadamente **garantia de qualidade, embalamento, manuseamento, rotulagem, higiene, prazos de validade, origem, transporte,** uma penalidade de € 200,00 (duzentos euros), por cada dia de atraso após a interpelação ao cumprimento.
- 15.2.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos números anteriores, se por razão de urgência da Unidade Hoteleira, esta tiver a necessidade de adquirir localmente os bens a fornecer para garantir o seu normal funcionamento, o valor despendido com a aquisição dos referidos bens a fornecer será imputado ao Adjudicatário.
- 15.3.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a Fundação INATEL reserva-se o direito de optar pela resolução do(s) contrato(s) nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.
- 15.4.** A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

16. RESPONSABILIDADE

- 16.1.** Se o(s) Adjudicatário(s) ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da Fundação Inatel, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à Fundação Inatel, deverá(ão) o(s) Adjudicatário(s) indemnizar a Fundação INATEL por todos os prejuízos sofridos.
- 16.2.** O(s) Adjudicatário(s) assume integral responsabilidade pelos bens fornecidos, sendo o único responsável perante a Fundação INATEL pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 16.3.** O(s) Adjudicatário(s) responde(m), nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do(s) contrato(s), qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o(s) Adjudicatário(s) provar(em) que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela Fundação INATEL.
- 16.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do(s) contrato(s) resultem de dados fornecidos por escrito pela Fundação INATEL, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 16.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela Fundação INATEL, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar fornecê-los por conta do(s) Adjudicatário(s), sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 16.6.** As ações de supervisão da Fundação INATEL em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) no que se refere à sua execução do(s) contrato(s).

17. RESOLUÇÃO

- 17.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a Fundação INATEL poderá resolver o(s) contrato(s) em caso de incumprimento pelo(s) Adjudicatário(s), após este último ter sido notificado desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 17.2.** A Fundação INATEL poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do(s) Adjudicatário(s), designadamente, nos casos seguintes:
 - 17.2.1.** Se o(s) Adjudicatário(s), sem prévia autorização escrita da Fundação INATEL, transmitir(em) a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente fornecimento de bens;
 - 17.2.2.** Se se verificar o previsto em **15.3.;**
 - 17.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução do fornecimento de bens;

- 17.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da Fundação INATEL, a quem compete a verificação da execução do fornecimento de bens.
- 17.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
- 17.2.6.** Quando a Fundação Inatel, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 17.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela Fundação Inatel, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do(s) Adjudicatário(s) e da resolução.
- 17.4.** Se a resolução for imputável ao(s) Adjudicatário(s), um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos bens, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 17.5.** Em caso de resolução do(s) contrato(s) e logo que esteja fixada a responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da Fundação INATEL, o mesmo deverá ser pago pelo(s) Adjudicatário(s), no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 17.6.** A Fundação INATEL, independentemente da conduta do(s) Adjudicatário(s), reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o(s) contrato(s) com o(s) Adjudicatário(s), por carta registada com aviso de receção.
- 17.7.** A Fundação Inatel poderá ainda resolver o(s) contrato(s), nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

18. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o(s) Adjudicatário(s) sofra(m) impedimentos no fornecimento dos bens contratados, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a Fundação INATEL de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

19. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 19.1.** São da exclusiva responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento dos bens objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.

- 19.2.** Caso a Fundação INATEL venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo(s) Adjudicatário(s) do disposto no ponto anterior, o(s) Adjudicatário(s) indenizará(ão) a Fundação Inatel por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 20.1.** Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela Fundação INATEL, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 20.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 20.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da Fundação INATEL, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a:
- 20.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
 - 20.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
 - 20.3.3.** Informar, de imediato, a Fundação INATEL assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
 - 20.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da Fundação INATEL, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a Fundação INATEL desse requisito jurídico antes do tratamento;
 - 20.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - 20.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos

dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;

- 20.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a Fundação INATEL tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 20.3.8.** Prestar assistência à Fundação INATEL, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 20.3.9.** Prestar assistência à Fundação INATEL, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do(s) Adjudicatário(s), no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 20.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à Fundação INATEL, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluída o fornecimento de bens relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 20.3.11.** Disponibilizar à Fundação INATEL todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Fundação Inatel ou por outro auditor por esta mandatado.
- 20.4.** O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se, ainda, a cooperar plenamente com a Fundação INATEL e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
 - 20.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo(s) Adjudicatário(s) no âmbito do presente procedimento;
 - 20.4.2.** A Fundação INATEL tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 20.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo(s) Adjudicatário(s), após autorização escrita dada pela Fundação Inatel para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o(s) Adjudicatário(s), mantendo-se este(s), em todo o caso, plenamente

responsável(eis) perante a Fundação INATEL pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

21. PUBLICIDADE

O(s) Adjudicatário(s) não poderá(ão) fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação INATEL.

22. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 22.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez)** dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção, ou para o endereço de correio eletrónico indicado na cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos, para que em colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 22.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do(s) contrato(s) objeto do presente procedimento por parte do(s) Adjudicatário(s), a Fundação INATEL poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

23. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 23.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do(s) contrato(s), estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da Fundação INATEL indicada na **Cláusula 2.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 23.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

24. GESTOR DO(S) CONTRATO(S)

- 24.1.** A Fundação INATEL designará um ou mais gestor(es) do(s) contrato(s), com a função de acompanhar permanentemente a sua execução, melhor identificados no **Anexo B** do Caderno de Encargos.
- 24.2.** O(s) Adjudicatário(s) deverá(ão) comunicar à Fundação Inatel, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do(s) contrato(s).

25. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 25.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens presente será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 25.2.** Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS

26. ÂMBITO

- 26.1. A identificação dos Lotes, as especificações técnicas e as quantidades estimadas dos bens a fornecer encontram-se discriminados no **Anexo A** do Caderno de Encargos.

27. LOCAL DE ENTREGA

- 27.1. Os bens objeto do(s) contrato(s) a celebrar, deverão ser entregues nos locais identificados no **Anexo C** do Caderno de Encargos.
- 27.2. O(s) Adjudicatário(s) é(são) responsável(eis) pelo transporte e entrega dos bens requisitados para os locais indicados no número anterior, conforme constar da respetiva nota de encomenda.

28. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- 28.1. Apenas se aceita o fornecimento de bens de acordo com o descrito e nas quantidades indicadas no **Anexo A** do presente Caderno de Encargos.
- 28.2. As quantidades a fornecer serão parcelares e periódicas e constarão de notas de encomenda a emitir pela Fundação INATEL, à medida das necessidades verificadas em cada momento, as quais serão enviadas ao(s) Adjudicatário(s) com a antecedência necessária.
- 28.3. Todos os bens devem ser acompanhados de guia de entrega, que deverá conter os seguintes elementos:
- 28.3.1. Designação do bem;
 - 28.3.2. Identificação do procedimento;
 - 28.3.3. Referência da nota de encomenda;
 - 28.3.4. Quantidade (em unidades e por extenso);
 - 28.3.5. Preço unitário e Preço Total;
 - 28.3.6. Assinatura do responsável do respetivo Estabelecimento que recebeu o material, com aposição da data e com carimbo do serviço.
- 28.4. Todas as despesas e custos com transporte dos bens objeto do(s) contrato(s) e respetivos documentos para o respetivo local de entrega, bem como, se for o caso, do respetivo acondicionamento nas respetivas instalações são da responsabilidade do(s) Adjudicatário(s).
- 28.5. O(s) Adjudicatário(s) não poderá(ão) fornecer bens que não tenham sido requisitados pela Fundação INATEL.
- 28.6. As Unidades Orgânicas da Fundação INATEL terão em consideração limites nos pedidos de entrega dos bens, sendo previstos valores mínimos de encomenda de **€ 50,00 (cinquenta euros)**.

29. OBRIGAÇÕES GERAIS DO(S) ADJUDICATÁRIO(S)

29.1. Para além das restantes obrigações previstas neste Caderno de Encargos, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a:

29.1.1. Realizar o transporte dos bens objeto do presente procedimento, nos termos constantes deste Caderno de Encargos;

29.1.2. Afetar ao presente fornecimento de bens todos os meios e recursos, materiais, humanos e técnicos necessários ao bom cumprimento do mesmo;

29.1.3. Assegurar a total conformidade dos bens fornecidos para os fins a que se destinam, atendendo ao disposto no presente Caderno de Encargos e à legislação aplicável aos mesmos;

30. CONFORMIDADE DOS BENS

30.1. Os bens objeto do(s) contrato(s) a celebrar devem ser entregues em perfeitas condições de utilização para os fins a que se destinam e em conformidade com as características técnicas constantes do **Anexo A** do presente Caderno de Encargos.

30.2. O(s) Adjudicatário(s) é(são) responsável(eis) perante a Fundação INATEL por qualquer desconformidade, defeito ou discrepância dos bens a fornecer que existam no momento da respetiva entrega e instalação.

31. REJEIÇÃO DOS BENS

31.1. Os bens que não se encontrem conformes, devido a incumprimento das características técnicas definidas no **Anexo A** do presente Caderno de Encargos ou por não ser possível comprovar a sua total conformidade no seguimento das inspeções e verificações, serão rejeitados, sendo considerados como não entregues.

31.2. As rejeições de bens serão notificadas ao(s) Adjudicatário(s), tendo o(s) mesmo(s) que proceder à sua substituição no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** a contar da notificação.

ANEXO A

IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM FORMATO PDF)

ANEXO B

IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES DO (S) CONTRATOS(S)

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO C
IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE FORNECIMENTO DOS BENS
(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)